

Servidores apontam caminhos para solucionar a crise econômica

O Governo Jair Bolsonaro continua investindo na política de desvalorização dos serviços públicos e dos servidores para justificar a sua ânsia privatista com o objetivo de beneficiar a classe empresarial. Mas os servidores continuam mobilizados contra o ultraliberalismo, redução do Estado e dos investimentos em políticas sociais.

No último dia 2 de julho, em mobilização nacional, os servidores públicos apresentaram uma carta, aos parlamentares brasileiros, que aponta caminhos para solucionar o problema da crise econômica brasileira sem atacar os direitos e salários dos trabalhadores, sejam eles da iniciativa privada ou da administração pública.

Como propostas, os servidores defendem a revogação imediata da Emenda Constitucional 95/2016, que congelou os investimentos públicos por 20 anos; a suspensão imediata do pagamento da dívida pública; a instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF); e a criação da Contribuição

Social sobre Altas Rendas de Pessoas Físicas (CSPF). A carta traz ainda como solução a criação de alíquota adicional extraordinária temporária sobre lucro de instituições financeiras, a revogação da isenção de Imposto de Renda de pessoas físicas sobre lucros e dividendos distribuídos ou remetidos ao exterior e o investimento em assistência social.

Os servidores públicos também reivindicam a manutenção e realização de concurso público em diversas áreas, como forma de fortalecer o Serviço Público mais eficaz e eficiente para o atendimento do alto contingente de cidadãos brasileiros cada vez mais necessitados.

«Todas essas propostas têm como objetivo injetar mais recursos na economia, de uma forma mais justa ao cobrar mais impostos dos que ganham mais. É justamente o contrário do que este governo vem fazendo», destacou o coordenador geral do Sindsep-PE, José Carlos de Oliveira.